

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
13º Concurso para Provimento de cargos de Procurador da República

Gabarito no final

PROVA OBJETIVA

Prezado Candidato, observe as seguintes ORIENTAÇÕES:

A – QUANTO AO CADERNO DE PROVA

01. Verifique, com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA OBJETIVA. Deve conter 120 (cento e vinte) questões. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

02. Leia atentamente as instruções abaixo enquanto aguarda o sinal de início da prova:

- a) Assinale no Caderno de Prova para cada questão, uma ÚNICA resposta;
- b) Para sua segurança, reveja a questão, conferindo a resposta assinalada antes de registrar sua opção na Folha de Resposta;
- c) Na correção será considerado APENAS o que estiver marcado na FOLHA DE RESPOSTA;
- d) Será considerada errada a questão que tiver DUAS OU MAIS ALTERNATIVAS assinaladas como resposta.

03. Para efeito de correção, QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULARÃO UMA CERTA, em cada um dos Grupos ou partes da prova.

04. Para efeito de correção a resposta em branco não será abrangida na penalização.

B – QUANTO À FOLHA DE RESPOSTA

05. Preencher, em LETRA DE FORMA, os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF, abaixo da segunda linha picotada. Apor a sua assinatura no local próprio, abaixo da segunda linha picotada.

06. NÃO ESCREVA NADA NA FOLHA DE RESPOSTA, limitando-se apenas assinalar a alternativa da questão.

07. A existência, de qualquer sinal que permita identificá-lo, ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA.

08. Não danifique as linhas picotadas.

09. O quadrado correspondente à alternativa de sua escolha DEVE SER PREENCHIDO COM UM “X” DE ACORDO COM O EXEMPLO ABAIXO, DE FORMA QUE NÃO PERMITIRÁ DÚVIDAS QUANTO À RESPOSTA ASSINALADA.

10. O NÃO ATENDIMENTO às recomendações formuladas PODERÁ ACARRETAR A ANULAÇÃO DE SUA FOLHA DE RESPOSTA.

1ª PARTE - GRUPO I

1. Dentre as diversas classificações das Constituições, encontramos as mencionadas e definidas a seguir:
 - a) semi-rígida: aquela que contém uma parte rígida e outra flexível;
 - b) flexível: aquela que pode ser modificada por normas de hierarquia infraconstitucional;
 - c) rígida: aquela que somente pode ser alterada por Assembléia Constituinte especialmente convocada com essa finalidade;
 - d) dogmática: aquela que possui duração indeterminada e somente pode ser modificada em caso de ruptura institucional.

2. Constituem funções institucionais, dentre outras cometidas ao Ministério Público pela Carta de 1988, as seguintes:
 - a) promover a ação direta de inconstitucionalidade para fins de intervenção federal nos estados ou em qualquer dos municípios;
 - b) exercer o controle interno da atividade policial, nos casos e limites previstos na Constituição;
 - c) promover a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos;
 - d) representar, judicialmente, a União e as entidades integrantes de sua administração indireta.

3. Em sede de direito comparado, relativamente aos sistemas, critérios e modos de exercício do controle de constitucionalidade, identificam-se os apontados a seguir:
 - a) controle político: aquele exercido exclusivamente por órgãos do Poder Legislativo ordinário;
 - b) controle misto: aquele caracterizado pela repartição do controle entre órgãos de natureza política e órgãos de índole jurisdicional;
 - c) controle difuso: aquele exercido exclusivamente por juizes de primeiro grau;
 - d) controle incidental: aquele de iniciativa das partes, exercido no âmbito exclusivo do chamado sistema concentrado.

4. O modelo de governo presidencialista adotado pela Carta de 1988 comporta os seguintes procedimentos:
 - a) os Ministros de Estado são nomeados livremente pelo Presidente da República, mas podem ser destituídos por deliberação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;
 - b) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre qualquer assunto de sua pasta, mesmo os que envolvam matéria sigilosa ou do interesse da segurança nacional;
 - c) os Ministros das pastas militares somente poderão ser convocados a prestar informações perante o Congresso Nacional quando previamente autorizados pelo Presidente da República;
 - d) o Ministro das Relações Exteriores, como acontece com os Embaixadores, somente pode ser nomeado após a aprovação da escolha pelo Senado Federal.

5. A distribuição de competências, entre as entidades políticas, segundo o modelo adotado pela nossa Constituição, obedece, entre outras, às regras seguintes:
 - a) as normas federais têm prevalência sobre as estaduais, e estas sobre as municipais, em qualquer hipótese;
 - b) os poderes da União são enumerados, os dos Estados são remanescentes e os dos Municípios definidos indicativamente;
 - c) em se tratando de competência concorrente, a União pode editar tanto normas gerais, quanto específicas;

d) o exercício da competência suplementar dos Estados depende de autorização em lei federal de caráter geral.

6. No exercício de suas prerrogativas constitucionais, o Presidente da República está autorizado a praticar os atos indicados a seguir:

- a) expedir medidas provisórias, decretos-leis e decretos regulamentares sobre matéria estritamente administrativa;
- b) prover os cargos públicos expressamente indicados na Constituição, vedada a ampliação dessa competência mediante lei ordinária;
- c) decretar a intervenção federal nos Estados, determinando, inclusive, se necessário ao restabelecimento da normalidade institucional, o afastamento de autoridades dos respectivos cargos;
- d) propor projetos de lei sobre qualquer matéria de competência da União, sem restrição de iniciativa.

7. Em conformidade com as regras do processo legislativo, são legítimos os procedimentos indicados adiante:

- a) o Congresso Nacional pode legislar sobre qualquer matéria de interesse nacional sem restrições decorrentes de repartição de competência entre os entes federados;
- b) a discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terá início na Câmara dos Deputados, e no Senado Federal a dos projetos apresentados pelo Supremo Tribunal Federal ou Tribunais Superiores;
- c) o poder de veto tem eficácia plena quando exercido de forma expressa, e eficácia limitada, quando exercido tacitamente;
- d) a elaboração de lei delegada é da competência do Presidente da República estando sujeita a restrições materiais e formais.

8. Relativamente a determinadas ações, recursos e remédios constitucionais, será correto fazer as seguintes afirmações:

- a) compete privativamente ao Procurador-Geral da República a propositura da chamada ação direta de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, federal ou estadual;
- b) as ações declaratórias de constitucionalidade e de inconstitucionalidade, por sua essência comum, possuem a mesma legitimação ativa;
- c) o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado, praticado no exercício de competência delegada pelo Presidente da República, é processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) a representação interventiva do Procurador-Geral da República, destinada a prover a execução de lei federal, será processada e julgada no Superior Tribunal de Justiça.

9. Na defesa do Estado e das instituições democráticas, são constitucionalmente admissíveis as restrições de direitos individuais adiante indicadas, comuns ao estado de defesa e ao estado de sítio:

- a) sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica;
- b) suspensão das liberdades de reunião e de associação;
- c) incomunicabilidade de presos de qualquer condição;
- d) detenção em prédios não destinados a criminosos comuns, independentemente de autorização judicial desde que não ultrapassado o prazo de trinta dias.

10. Nossa Carta Política, assim como a de outros países, contém normas de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia reduzida, segundo terminologia adotada por alguns doutrinadores; em razão ou a despeito dessa realidade constitucional, podemos extrair, no particular, as conclusões expostas a seguir:

- a) nem todas as normas constitucionais são imperativas ou obrigatórias;
- b) somente as normas auto-executáveis têm natureza constitucional;
- c) apenas as normas de eficácia plena integram a parte rígida da Constituição;
- d) todas as normas constitucionais, independentemente do seu grau de eficácia, vinculam a atuação do legislador.

11. Em tema de poder constituinte e de alteração constitucional, sobre os aspectos doutrinário e dogmático - jurídico, são procedentes as assertivas feitas a seguir:

- a) poder constituinte decorrente é aquele reconhecido à legislatura ordinária para promover emenda, reforma ou revisão constitucionais;
- b) mutação constitucional é espécie do gênero processos formais de alteração constitucional;
- c) a garantia da imutabilidade das chamadas cláusulas pétreas protege tanto as suas próprias disposições, quanto às do processo de modificação constitucional;
- d) as disposições constitucionais transitórias, por sua peculiar natureza, não comportam emenda, reforma, nem revisão.

12. No âmbito da hermenêutica constitucional e dos sistemas de defesa da Constituição, podemos afirmar, relativamente à chamada interpretação conforme à Constituição, que:

- a) não é mais do que simples regra de interpretação, inaplicável ao controle de constitucionalidade;
- b) em face da supremacia da Constituição, deve ser adotada mesmo quando de sua aplicação resultar sentido normativo contrário ao pretendido pelo legislador;
- c) tanto é regra de interpretação, quanto princípio adotado no âmbito do controle de constitucionalidade;
- d) permite ao intérprete-aplicador funcionar, também, com legislador positivo, integrando-se no processo legislativo.

13. Constituem normas reguladoras da nossa organização política-administrativa entre outras as apontadas a seguir:

- a) são livres, estando sujeitas apenas à aprovação das populações diretamente interessadas a criação e a extinção de Municípios;
- b) a incorporação de Estados entre si, ou a sua anexação a outros, embora aprovados pelas populações diretamente interessadas, só podem ser efetivadas depois de homologadas pelo Senado Federal, onde todos os Estados possuem o mesmo número de representantes;
- c) pertencem à União as terras habitadas em caráter permanente pelos índios, independentemente de demarcação;
- d) pertencem aos Estados as ilhas oceânicas e as costeiras localizadas em águas do seu domínio, assim como as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União, aos Municípios ou a terceiros.

14. São regras constitucionais proibitórias, comuns à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, as seguintes:

- a) colaborar, em qualquer hipótese, com igrejas ou cultos religiosos;
- b) conceder anistia fiscal através de lei especificamente editada com esta finalidade ou restrita a essa matéria;
- c) instituir empréstimos compulsórios fora dos casos previstos em lei complementar;
- d) instituir impostos sobre os bens das entidades educacionais vinculados às suas finalidades essenciais.

15. Constituem princípios informadores de nossa ordem social, como instituída na Constituição:

- a) o primado do capital, sem prejuízo da valorização do trabalho, sob a coordenação do Estado;
- b) a livre concorrência, observada a função social da propriedade;
- c) a redução das desigualdades sociais;
- d) a prestação de assistência social aos necessitados, independentemente de contribuição.

16. Integram, especificamente, o sistema de freios e contrapesos, entre os poderes da União, as regras ou procedimentos indicados a seguir:

- a) é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros;
- b) o veto presidencial, oposto a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, está sujeito a apreciação do Poder Legislativo, que poderá derrubá-lo;
- c) a administração pública, direta ou indireta, de qualquer das esferas políticas, está sujeita aos mesmos princípios e restrições constitucionais;
- d) a eleição para a Presidência da República far-se-á por voto majoritário, e para a Câmara dos Deputados, pelo sistema proporcional.

17. A interpretação das normas de direito administrativo, embora não refratária à aplicação analógica das regras do direito privado, singulariza-se pelos elementos indicados a seguir:

- a) desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados;
- b) presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos;
- c) revogabilidade e anulabilidade dos atos administrativos, por motivos de convivência ou oportunidade, insuscetíveis de avaliação judicial;
- d) disponibilidade dos interesses públicos, em razão do poder discricionário atribuído a todos os agentes públicos.

18. Dentre as diferentes formas de utilização dos bens públicos, podem ser mencionadas as seguintes:

- a) permissão de uso: ato negocial, unilateral, discricionário e precário, em que se faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público;
- b) concessão de uso: ato bilateral, necessariamente remunerado, em que se atribui ao particular o domínio temporário de bem público, para que o explore segundo sua destinação específica;
- c) aforamento: meio pelo qual o Estado, conservando o domínio útil sobre determinado bem imóvel, transfere ao particular o respectivo domínio direto para que use, goze e disponha do mesmo bem, segundo sua finalidade;
- d) concessão de domínio: cessão temporária e condicional de terras públicas a particulares, para utilização gratuita ou remunerada, pelo prazo e sob as condições constantes do respectivo termo administrativo ou de escritura pública.

19. Dentre as diversas espécies ou tipos de atos administrativos, podem ser mencionados os conceituados a seguir:

- a) ato complexo: aquele para cuja validade são exigidos, simultaneamente, requisitos formais e materiais;
- b) ato vinculado: aquele cuja prática é privativa de agentes públicos especialmente legitimados e que por isso não pode ser delegada;
- c) ato normativo: aquele que estabelece regras gerais e abstratas, para a correta aplicação da lei;
- d) ato de império: aquele que, expressando a supremacia da administração, não está sujeito a controle ou desfazimento judicial.

20. No âmbito do chamado poder de polícia, constituem assertivas corretas, entre outras, as indicadas a seguir:

- a) a expressão poder de polícia abrange tanto ato do Legislativo quanto do Executivo e do Judiciário;
- b) poder de polícia é a faculdade, de que dispõe a Administração, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos de particulares contrastantes com os interesses sociais;
- c) não estão sujeitos ao poder de polícia as atividades próprias das profissões liberais;
- d) são atributos peculiares ao poder de polícia a discricionariedade, a supra-legalidade e a coercibilidade.

21. Em sede de intervenção na propriedade privada e na ordem econômica, será correto afirmar-se que:

- a) são constitucionalmente permitidas tanto as desapropriações, quanto as requisições e as servidões administrativas;
- b) a desapropriação é forma derivada de aquisição da propriedade, porque a transferência do domínio deve ser precedida de ato declaratório da necessidade ou utilidade pública do bem expropriando;
- c) a desapropriação indireta é legalmente permitida e se verifica sempre que o proprietário oferece resistência à imissão na posse do bem expropriado;
- d) somente as coisas corpóreas, móveis ou imóveis, são expropriáveis.

22. A atividade administrativa está sujeita a vários tipos e formas de controle, dentre os quais os conceituados a seguir:

- a) controle hierárquico: aquele que resulta, automaticamente, do escalonamento vertical e da distribuição horizontal de competência entre órgãos e agentes públicos;
- b) controle externo: aquele exercido por órgão ou autoridade estranhos à administração responsável pelo ato controlado;
- c) controle de legalidade: aquele exercido privativamente pelos órgãos do Poder Judiciário;
- d) controle de mérito: aquele que visa à verificação da conveniência do ato, independentemente da avaliação dos seus resultados.

23. São princípios ou regras constitucionais, de observância obrigatória no âmbito da administração pública da União, Estados, DF e Municípios os indicados a seguir:

- a) em regra depende de prévia aprovação em concurso público a nomeação para cargos ou empregos públicos, em todas as esferas de poder;
- b) somente as pessoas jurídicas de direito público podem ser responsabilizadas pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
- c) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e a inabilitação permanente, do respectivo responsável, para o exercício de cargo, emprego ou função na administração pública;
- d) o acesso a cargos, empregos ou funções públicas é assegurado aos portadores de deficiência, independentemente de aprovação em concurso público, até o limite de 20% do total das vagas existentes nos quadros dos órgãos ou entidades da administração pública.

24. Em decorrência do princípio da moralidade administrativa, expressamente incorporado ao texto da Constituição, são de obediência estrita, no âmbito da administração, as regras proibitivas apontadas a seguir:

- a) em nenhuma hipótese será admitida a contratação de pessoal temporário, sem a exigência de prévia aprovação em concurso público;
- b) a contratação para realização de compras, obras ou serviços, dependerá, sempre, de licitação, sob a modalidade da concorrência pública;

- c) são imprescritíveis os crimes cometidos contra a administração pública, se deles resultarem prejuízos para o erário;
- d) qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades aos Tribunais ou Conselhos de Contas.

25. A chamada administração federal indireta compreende as entidades ou pessoas jurídicas adiante indicadas e legalmente assim conceituadas:

- a) autarquia: serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;
- b) fundação pública: entidade dotada de personalidade de direito público, sem fins lucrativos, criada por lei ou decreto, para a realização de atividades de interesse público de caráter não econômico;
- c) empresa pública: entidade de direito público, mas com personalidade de direito privado, criada para exercer atividade econômica em regime de monopólio estatal;
- d) sociedade de economia mista: entidade criada por lei, ou por decisão de acionista majoritário tomada em assembléia para esse fim especialmente convocada, com personalidade jurídica de direito privado, destinada a exercer atividade econômica não monopolizada, podendo revestir qualquer das formas societárias legalmente permitidas.

26. Integram o domínio público os bens adiante indicados e assim conceituados:

- a) terras devolutas: aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acharem utilizadas pelo Poder Público, nem destinadas a fins administrativos específicos;
- b) terrenos de marinha: todos os que, banhados exclusivamente pelas águas do mar, têm a sua extensão variável em função do movimento das marés;
- c) terras indígenas: aquelas que por lei ou contrato, ou mediante desapropriação, a União e os Estados doaram às tribos aculturadas;
- d) águas contíguas: aquelas situadas entre o litoral e o limite do mar territorial.

27. Entre as causas justificadoras da inexecução dos contratos administrativos, merecem registro as seguintes, assim conceituadas:

- a) força maior: evento humano que, embora previsível, não pode ser evitado porque independente da vontade do agente administrativo;
- b) caso fortuito: evento natural que por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria para o contratado impossibilidade intransponível de regular execução do contrato;
- c) fato do príncipe: antiga excludente de obrigatoriedade para o cumprimento de contratos administrativos, própria das monarquias absolutistas;
- d) estado de necessidade: situação em que o agente administrativo, alegando dificuldades financeiras do erário, suspende unilateralmente e por tempo indeterminado o cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

28. Constituem deveres do funcionário público, em geral, independentemente do regime jurídico a que estiver submetido e da pessoa jurídica de direito público a cujos quadros pertencer:

- a) não se filiar a partidos políticos de qualquer orientação;
- b) guardar lealdade às instituições a que servir;
- c) cumprir, prontamente, as ordens recebidas dos superiores, em qualquer situação, sem prejuízo do dever de denunciá-las, posteriormente, quando reputá-las manifestamente ilegais;
- d) representar contra ilegalidades, mas não contra simples omissões ou desvios de poder.

29. Indique a opção correta:

- a) o lançamento de tributo notificado ao contribuinte, vencido o prazo de impugnação administrativa, não pode ser revisto por se considerar ato completo e definitivo;
- b) o tributo pago, embora caduco ou alcançado pela decadência, não rende ensejo à restituição;
- c) a prescrição, na ação de cobrança de tributo, pode ser excepcionalmente declarada de ofício pelo juiz para equilibrar a desigualdade entre as partes no processo de execução fiscal;
- d) a denúncia espontânea de débito pelo contribuinte, ainda que extrajudicial, interrompe a prescrição.

30. Nos rendimentos auferidos em atividade ilícita:

- a) decorrendo a validade dos atos jurídicos dos requisitos de agente capaz, objeto lícito e forma prescrita e não defesa em lei, é inadmissível o poder tributante exigir imposto cuja obrigação tem por fato gerador situação penalmente reprovável;
- b) não incide imposto de renda porquanto não descrito pelo legislador ato ilícito como elemento de hipótese de incidência;
- c) exigência tributária fica sobrestada até o pronunciamento judicial declaratório da licitude da atividade;
- d) é exigível o imposto, posto que a ilicitude dos atos praticados não interfere na relação tributária.

31. O princípio da anterioridade aplica-se aos tributos em geral, exceto:

- a) às contribuições de seguridade social porque sujeita a regime constitucional específico;
- b) aos da competência da União em território federal não dividido em municípios;
- c) ao imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos;
- d) ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar.

32. Segundo as regras de direito intertemporal, a legislação tributária, uma vez vigente:

- a) pode incidir, em alguns casos, sobre fatos geradores pretéritos e consumados;
- b) não se aplica a fatos geradores pendentes;
- c) somente se aplica a fatos geradores futuros;
- d) aplica-se a fatos geradores futuros e àqueles sob condição suspensiva ou resolutiva.

33. Em se tratando de taxas, a competência residual para instituí-la é:

- a) dos Municípios;
- b) da União;
- a) dos Estados;
- d) das concessionárias de serviço público federal.

34. O Poder Executivo, nos limites fixados em lei, está autorizado a alterar:

- a) as alíquotas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro;
- a) a hipótese de incidência do imposto de importação de produtos estrangeiros;
- c) as alíquotas e a base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados;
- d) a base de cálculo do imposto de exportação.

35. O sistema de alíquotas variáveis tem aplicação no imposto:

- a) sobre produtos industrializados;
- b) sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos para atender à flexibilidade de preços decorrente do processo inflacionário;
- a) de competência da União;

d) sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

36.Sendo adquirente de veículo automotor, autarquia municipal, o imposto sobre propriedade de veículos:

- a) incidirá porque a utilização do veículo não se vincula às finalidades essenciais da entidade adquirente;
- a) incidirá porque a adquirente é ente autônomo distinto de pessoa jurídica que a criou;
- c) não incidirá em virtude do princípio da imunidade recíproca, que, no caso, é de natureza absoluta;
- a) não incidirá se o veículo adquirido destinar-se a serviço essencial do município.

37.Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é legítima a tributabilidade do ICMS pelos Estados sobre operações de fornecimento de alimentação e bebidas e de serviços a ele inerentes para consumo em restaurantes, bares, etc.

- a) desde que não estejam apenas os serviços compreendidos na competência tributária dos municípios;
- b) desde que a lei ordinária estadual e convênio interestadual definam a base de cálculo e a hipótese de incidência da espécie tributária e não constem os serviços da Lista anexa ao decreto-lei 406/68;
- a) desde que concomitantemente discriminados os serviços em lei estadual e na lista anexa ao Decreto-lei 406/68, o município não exerça o poder de cobrar o imposto sobre a prestação dos serviços referidos;
- d) nenhuma hipótese é verdadeira.

38.Tem-se por correto que a isenção:

- a) em geral, é revogável a qualquer tempo;
- a) é absolutamente irrevogável;
- c) é revogável desde que para o seu titular não seja condicionada nem a termo;
- a) uma vez concedida, de forma genérica, aplica-se aos tributos criados depois de sua concessão, comportando interpretação ampliativa e integração.

39.Conforme orientação predominante do Supremo Tribunal Federal:

- a) o Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – IPMF – não pode ser exigido dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em face da limitação de competência imposta pelo art. 150, VI, a, da Constituição Federal;
- b) o IPMF não é alcançado pelo princípio da imunidade tributária recíproca entre os entes estatais;
- a) a movimentação financeira das contas estaduais e municipais, bem como a transmissão de valores e de créditos de natureza financeira, por terem fato gerador diverso do fato gerador renda, patrimônio ou serviço, estão sujeitas à tributação;
- d) a imunidade tributária intergovernamental incide exclusivamente sobre os impostos diretos, não podendo recair sobre a movimentação e operação financeiras, que constituem fato gerador dos tributos indiretos.

40.A redução da alíquota do IPI não implica na redução do ICMS em decorrência do princípio constitucional da:

- a) anualidade;
- a) vedação à tributação entre pessoas jurídicas de direito público;
- c) vedação à União de isenção ou redução de tributos de competência de outros entes estatais;

- a) uniformidade de tributação.

2ª PARTE - GRUPO II

41.A organização econômica, na Constituição Federal, obedece, em princípio, ao modelo:

- a) de economia descentralizada;
- b) de economia centralizada;
- a) de economia com formação, em parte, de preços impostos pelo setor público;
- d) misto, com predominância da economia centralizada porque o Estado, em caráter suplementar, pode organizar e explorar diretamente a atividade econômica.

42.O princípio básico do liberalismo econômico assenta-se:

- a) na função social da propriedade;
- a) no tratamento favorecido às empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte;
- c) na redução das desigualdades regionais e sociais e na busca do pleno emprego;
- a) na liberdade de iniciativa e na economia de mercado.

43.Assinale a opção correta:

- a) à empresa brasileira de capital nacional podem ser concedidos proteção e benefícios especiais, em caráter permanente, no desenvolvimento de atividade estratégica para a defesa nacional;
- b) à empresa brasileira de capital nacional podem ser concedidos proteção e benefícios especiais no desenvolvimento de atividades em concorrência com outras empresas brasileiras;
- c) desde que imprescindível ao desenvolvimento nacional, não esteja a atividade realizada a contento, a lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional, conceder benefícios especiais temporários;
- d) segundo o princípio da livre concorrência, não existe tratamento diferenciado entre a empresa brasileira de capital nacional e a empresa brasileira.

44.Indique a alternativa correta:

- a) no regime de livre concorrência, o Estado participa na economia mediante controle de preços;
- b) a Constituição Federal, não podendo a atividade estatal atender a certa demanda, permite o monopólio privado no setor deficitário da economia;
- c) à União é permitido, em condições especiais, estabelecer concessão na exploração de gás natural;
- d) constituem instrumentos de participação do Estado na economia: a empresa pública e a sociedade de economia mista.

45.Constituem propriedade de interesse público, essencialmente:

- a) os bens componentes do meio ambiente natural;
- b) o solo em geral;
- c) o subsolo, em princípio;
- d) os bens civilmente considerados volutuários.

46.Define-se como infração à ordem econômica:

- a) recusar, mesmo justificadamente, a venda de bens e a prestação de serviços;
- b) subordinar a venda de um bem à utilização de um serviço;
- c) vender mercadoria sem margem de lucro;

d) nenhuma das alternativas configura infração à ordem econômica.

47. De acordo com o sistema econômico compreendido na atual Constituição Federal:

- a) o Estado pode intervir no mercado interno mediante regulamentação de preços com observância das variações nos custos de produção e comercialização;
- b) o Estado pode intervir no mercado interno mediante tabelamento de preços e confisco de bens;
- c) não pode o Estado intervir no mercado interno em razão do princípio constitucional da livre iniciativa;
- d) o Estado somente pode intervir no mercado interno mediante autorização judicial.

48. Empresa pública federal, exploradora de atividade econômica sob monopólio, condicionada a venda de certos produtos a órgão estadual à contratação do respectivo transporte. No caso:

- a) ocorre, tem tese, prática restritiva da concorrência;
- b) a empresa pública federal escapa à prevenção e à repressão ao abuso do poder econômico;
- c) não ocorre, em tese, prática restritiva da concorrência;
- d) entre órgãos públicos, mesmo vinculados a unidades da federação distintas, não se configura abuso do poder econômico sob a forma de restrição à concorrência.

49. A função de tutelar o consumidor:

- a) concentra-se privativamente no Ministério Público, por força do que dispõe o art. 129, da Constituição Federal;
- b) concentra-se exclusivamente nos Grupos Executivos de Orientação e Proteção ao Consumidor, chamados Procons;
- c) é de caráter regional e limita-se às esferas cível e administrativa;
- d) insere-se no direito do cidadão e no dever do Estado.

50. Na ordem econômica o denominado dirigismo estatal nas relações contratuais:

- a) busca fazer observar o princípio da autonomia da vontade à vista de que todos iguais perante a lei;
- b) objetiva estabelecer a igualdade de fato em desprezo a uma igualdade jurídica, mesmo à custa da restrição à autonomia da vontade para proteger a parte economicamente mais fraca;
- c) é inaplicável em razão do princípio da obrigatoriedade do contrato, assentado no sistema da livre iniciativa;
- d) somente tem aplicação se o produto, objeto do contrato, encontra-se em período de escassez.

51. Repristinação que não é aceita pelo sistema jurídico brasileiro significa:

- a) a eficácia anteriormente produzida por uma lei que veio a ser revogada;
- b) a possibilidade de uma lei revogadora produzir efeitos retroativos;
- c) a restauração da lei revogada pela perda de vigor da lei revogadora;
- d) a perda temporária da eficácia de uma lei revogada.

52. O ato jurídico de disposição praticado por José com dezessete anos de idade é anulável:

- a) porque a José não foi representado por seus genitores;
- b) se José não puder provar que estava legalmente emancipado;
- c) todavia, pode ser ratificado por José ao completar dezoito anos de idade;
- d) se seus genitores não tiverem participado do ato praticado.

53. José, com vários títulos protestados e réu em três ações executivas, vendeu a João, que estava de boa-fé, seu único bem imóvel e doou valiosa coleção de selos à fundação Filatélica. Diante disto é correto afirmar:

- a) os dois contratos podem ser anulados pelos credores de José que tenham garantia real;
- b) apenas o segundo contrato é anulável pelos credores quirografários já que João estava de boa-fé;
- c) ambos são anuláveis mediante ação pauliana proposta pelos credores sem garantia real;
- d) nenhum dos contratos é anulável se José puder provar a ausência de dolo.

54. À luz da teoria geral do direito civil é correto afirmar

- a) a prescrição não atinge o direito, porém, apenas a ação que a ele devia corresponder
- b) a condição e o termo, sejam resolutivos ou suspensivos, subordinam os efeitos dos atos jurídicos a um evento futuro e incerto
- c) é legítimo o exercício de um direito adquirido mesmo feito de forma irregular, não sendo considerado ato ilícito
- d) tomando conhecimento da prescrição de uma dívida de valor o juiz é obrigado a declará-la no processo

55. No atual sistema do direito de família o reconhecimento do filho havido pelo pai fora da sociedade conjugal instaurada com o casamento

- a) não pode ser feito pelo pai enquanto o casamento perdurar
- b) pode ser feito pelo pai exclusivamente em testamento
- c) pode ser feito pelo pai ainda na constância do casamento
- d) pode ser feito pelo pai mediante registro com eficácia protraída ao término do casamento

56. Vigorando o regime legal de bens é correto afirmar-se que

- a) tanto a mulher como o marido estão impedidos de alienar os bens comuns e os próprios sem a outorga do cônjuge;
- b) o marido por morte da mulher recebe sua metade nos bens comuns, como meação, todavia a outra metade e os bens próprios da falecida irão para o irmão desta se for o seu parente mais próximo;
- c) entra para o conjunto dos bens próprios da mulher o legado deixado por seu irmão;
- d) os bens comuns do casal respondem pelo pagamento de cláusula penal devida por ato exclusivo do marido.

57. No condomínio “pro indiviso” a venda de sua parte ideal por um condômino:

- a) é nula se o condômino vendedor não afrontar os demais, tanto por tanto;
- b) é anulável se for indivisível a coisa e aos demais condôminos não se tiver assegurado a preferência;
- c) é anulável em qualquer hipótese, pelos condôminos preteridos no seu direito de preferência;
- d) é nula se indivisível a coisa não se tenha atendido à preferência dos demais condôminos.

58. Assinale a alternativa falsa:

- a) o condômino que tenha apenas um terço da área total e já esteja de posse desta fração, ainda assim poderá ajuizar ação possessória contra terceiro, independentemente dos demais condôminos, para haver os dois terços restantes;

- b) a existência do condomínio impede ao condômino adquirir por usucapião, sem justo título, a parte do outro condômino;
- c) o princípio da indivisibilidade da garantia não impede que o contrato hipotecário estabeleça a desoneração dos bens proporcionalmente ao pagamento de parte da dívida;
- d) deve-se entender que a proibição do pacto comissório referente ao penhor é resultado de norma dispositiva, e não congente, podendo-se dispor em contrário.

59. Considerada a teoria do pagamento é correto afirmar que na obrigação solidária ativa:

- a) o perdão da dívida feito por um dos credores desonera o devedor perante os demais;
- b) o co-obrigado pode pagar a dívida mas deverá fazê-lo representando o devedor;
- c) não tem efeito liberatório o pagamento realizado a quem se supunha ser, mas não era, o credor;
- d) inexistindo a dívida ou estando prescrita, o pagamento é sem causa e deverá ser restituído.

60. A responsabilidade por dano extracontratual pode se originar de:

- a) um fato lesivo ao patrimônio de alguém, sem qualquer participação do homem;
- b) um ato humano absolutamente involuntário que cause dano a alguém;
- c) uma ocorrência danosa produzida pelo fato de animal pertencente a alguém;
- d) um ato que produza a incidência de uma cláusula penal.

61. A compra e venda é um contrato:

- a) que produz o efeito de aquisição da propriedade de um bem móvel ou imóvel;
- b) formal, bilateral em sua formação e nos seus efeitos e se constitui consensualmente;
- c) em que basta a sua formação, o acordo sobre a coisa e o preço que podem ser determinados ou apenas determináveis;
- d) que gera responsabilidade pela evicção e pelo vício redibitório quando prevista no termo contratual.

62. Quanto ao usufruto e ao fideicomisso é correto afirmar:

- a) a morte do usufrutuário e do fideicomissário extingue o usufruto e o fideicomisso;
- b) o nu-proprietário é titular do direito de propriedade gravado com ônus real e o fiduciário é titular de direito de propriedade resolúvel;
- c) ambos podem ser constituídos por ato de disposição inter-vivos ou "mortis causa";
- d) se legados (usufruto e fideicomisso) a pessoas que venham a falecer ao mesmo tempo do testador, a propriedade plena do bem será atribuída àqueles designados como nu-proprietário e fiduciário.

63. Na sucessão testamentária é correto afirmar que José, herdeiro necessário, pode ser instituído:

- a) apenas como legatário;
- b) apenas como herdeiro testamentário;
- c) também como legatário e herdeiro testamentário ao mesmo tempo.
- d) Nenhuma das anteriores.

64. "A", "B" e "C" devem solidariamente a "D" noventa mil cruzeiros reais. Este deve a "C" cinquenta mil cruzeiros reais. Nesta hipótese, cobrado por "D", quanto ao total da dívida, "A" é obrigado a pagar:

- a) noventa mil cruzeiros reais;
- b) apenas sessenta mil cruzeiros reais;
- c) apenas quarenta mil cruzeiros reais;

d) apenas trinta mil cruzeiros reais.

65.A proposta de contrato não obriga, se:

- a) o aceitante ouve a proposta e responde no dia seguinte;
- b) a carta proposta chega ao destinatário três meses depois de expedida;
- c) estabelecia um prazo e dentro dele chegou a aceitação alterando a taxa de juros proposta;
- d) imediatamente após a sua recepção chega a retratação.

66.Tem direito a curador especial:

- a) o incapaz cujo representante legal foi nomeado pelo juiz nos trinta dias anteriores ao da citação;
- b) o réu citado por edital;
- c) o réu revel citado com hora certa;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

67.A legitimidade para representar o espólio em juízo:

- a) é sempre do inventariante, ainda que dativo;
- b) é, em qualquer hipótese, de todos os herdeiros e sucessores do falecido;
- c) é do inventariante não dativo, desde que expressamente autorizado por todos os herdeiros e sucessores;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

68.Sendo admitida pelo magistrado a assistência:

- a) o assistente é sempre considerado litisconsorte da parte principal;
- b) a parte principal não pode mais desistir da ação, nem celebrar transação sobre o objeto do litígio;
- c) o assistente passa a ser substituto processual do assistido se este for revel.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

69.A ação de divisão e demarcação de terras:

- a) pode ser proposta no foro de eleição;
- b) somente pode ser ajuizada no foro da situação da coisa;
- c) deve ser ajuizada, necessariamente, no foro do domicílio do réu.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

70.A incompetência absoluta:

- a) gera a nulidade dos atos decisórios;
- b) deve ser argüida, necessariamente, por meio de exceção;
- c) não pode ser reconhecida de ofício;
- d) mesmo que deduzida após o prazo da contestação não gera qualquer ônus para a parte que a argüiu.

71.Não é válido:

- a) em hipótese alguma, o ato processual realizado em dia útil após às 18 horas;
- b) em nenhum caso, o ato de citação ou de penhora consumado em dia feriado;
- c) o seqüestro de bens efetivado durante as férias forenses;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

72.O prazo para oferecimento de resposta pelo réu:

- a) pode ser prorrogado pelo juiz por mais de 60 dias em caso de calamidade pública;
- b) pode ser prorrogado mediante acordo das partes;
- c) pode prorrogado pelo juiz por mais de 90 dias nas comarcas onde for difícil o transporte;
- d) é sempre improrrogável.

73. Contra a decisão singular do desembargador-relator que indefere liminarmente mandado de segurança da competência originária de Tribunal de Justiça, o recurso adequado é:

- a) o ordinário;
- b) o especial;
- c) o extraordinário;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

74. Contra acórdão do plenário de Tribunal Regional Federal que, pela maioria absoluta de seus membros, acolheu arguição de inconstitucionalidade suscitada no julgamento de recurso de apelação é cabível o recurso extraordinário:

- a) somente após a conclusão do julgamento do recurso de apelação;
- b) desde logo para atacar o referido julgamento;
- c) desde que interpostos e rejeitados embargos infringentes;
- d) da decisão da Turma ou Câmara apenas quando a declaração de inconstitucionalidade houver divergido de julgado de outro Tribunal.

75. Se, devido ao elevado número de bens, o leiloeiro não conseguir concluir a praça ou leilão no dia previamente designado:

- a) o juiz da execução deverá marcar nova data para a alienação dos bens remanescentes, com publicação de novos editais;
- b) os atos de alienação praticados devem ser anulados e designada a nova praça ou leilão, com publicação de novos editais, para que todos os bens sejam alienados no mesmo dia;
- c) a praça ou leilão deve prosseguir no dia útil imediato, à mesma hora em que teve início, independente de novo edital;
- d) a praça ou o leilão pode prosseguir no dia útil imediato, à qualquer hora, desde que o edital preveja a possibilidade de prorrogação.

76. O pedido de suspensão da execução de liminar concedida pelo desembargador-relator em mandado de segurança da competência originária de Tribunal de Justiça, ajuizado com fundamento na norma que veda a discriminação de acesso aos cargos públicos em razão da idade, deve ser dirigido:

- a) ao Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- b) ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- c) ao Presidente do respectivo Tribunal de Justiça;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

77. A sentença que decide o mérito de uma ação popular:

- a) tem sempre eficácia “erga omnes”;
- b) tem eficácia “erga omnes” exclusivamente na hipótese de improcedência;
- c) tem sempre eficácia “erga omnes”, excluída apenas a hipóteses em que se concluiu pela improcedência por deficiência de prova.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

78. Julgada procedente uma reclamação ajuizada com a finalidade de preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) o juízo reclamado deve prosseguir no processamento da ação que a motivou enquanto não for publicado o acórdão respectivo;
- b) a decisão deve ser cumprida imediatamente, independentemente da lavratura do acórdão;
- c) o juízo reclamado pode requerer perante o Supremo Tribunal Federal a suspensão dos efeitos da decisão proferida na reclamação;
- d) o cumprimento da decisão depende da publicação do acórdão e de pedido de execução formulado pelo interessado ou pelo Ministério Público.

79. Em ação de desapropriação, tomando conhecimento do falecimento ou da perda da capacidade civil do réu, no curso do prazo para a realização da prova pericial, o Juiz:

- a) deve imediatamente suspender o processo até que se efetive a habilitação dos herdeiros ou sucessores;
- b) deve suspender o processo a partir da entrega dos laudos periciais até que ocorra a habilitação dos herdeiros ou sucessores;
- c) não deve suspender o processo, mas nomeará curador à lide para atuar até que ocorra a habilitação dos herdeiros ou sucessores;
- d) não deve suspender o processo e é desnecessária a adoção de qualquer outra providência.

80. O ajuizamento de ação condenatória para obtenção de indenização pelos filhos do falecido, vítima de acidente de trânsito, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória :

- a) é cabível, mas nela não se pode discutir a respeito da existência do fato e de seu autor;
- b) é cabível e o juiz deve julgar a ação procedente;
- c) é cabível, mas o juiz pode julgar a ação improcedente;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

3ª PARTE - GRUPO III

81. Examinando-se as várias modalidades de erro admitidas em nosso Código Penal, tem-se que:

- a) o erro do tipo pode decorrer de equivocada percepção dos fatos, como de falsa compreensão do direito e exclui o dolo mas permite a punição por crime culposos;
- b) o erro de proibição poderá ser direto, incidindo sobre a norma proibitiva, ou indireto, quando é denominado erro de permissão. Em qualquer caso, o erro de proibição torna o agente isento de pena;
- c) no error in persona há erro de representação e, neste caso, consideram-se as condições ou qualidades da vítima, para fins de aplicação da pena;
- d) no erro provocado por terceiro, responderá este pelo crime em co-autoria com o agente.

82. Para fins de fixação do quantum da pena e de sua individualização:

- a) no concurso de agravantes e atenuantes a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência;
- b) o reconhecimento de múltiplas atenuantes e da ausência de agravantes possibilita a redução da pena abaixo do mínimo previsto em lei;
- c) no concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo a causa que mais aumente ou diminua, sem poder, contudo, fixar pena que supere o teto ou fique aquém do mínimo cominado;
- d) as circunstâncias inominadas abrangem apenas circunstâncias relevantes, anteriores ao crime, que poderão atenuar a pena.

83. Na solução do concurso aparente de normas aplicam-se princípios assim definidos:

- a) especialidade, quando as leis aplicáveis se encontram em relação de geral para especial. Nesse caso a lei especial derroga a lei geral, sendo, todavia, necessário que o diga expressamente;
- b) subsidiariamente, quando uma norma que define crime menos grave está abrangida pela norma que define crime mais grave, nas circunstâncias concretas em que o fato ocorreu. A subsidiariedade pode ser expressa ou tática;
- c) consunção, quando um crime é meio necessário ou normal fase de preparação ou de execução de outro crime. O crime consumado consome o crime tentado, mas não há consunção no crime progressivo.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

84. No crime de peculato:

- a) apenas o funcionário público pode ser sujeito ativo, não se admitindo como partícipe pessoa desprovida dessa qualidade;
- b) na modalidade culposa, a reparação do dano, antes da decisão transitada em julgado, é causa de redução da pena;
- c) a restituição não descaracteriza o peculato doloso, mas influi na pena e permite a aplicação do art. 16 do Código Penal;
- d) não se admite compensação, mas a intenção de restituir o descaracteriza.

85. No tocante ao crime de desobediência:

- a) o funcionário público não pode ser sujeito ativo mesmo que aja como particular;
- b) não comete desobediência quem descumpra ordem de autoridade policial dada sem respeito às formalidades legais;
- c) o funcionário público pode ser sujeito ativo, desde que retarde ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;
- d) a ação penal fica condicionada à representação do funcionário cuja ordem foi desobedecida.

86. De acordo com a legislação penal vigente:

- a) o delito de desacato absorve o de injúria, por ser este elemento constitutivo e conceitual daquele;
- b) no crime de corrupção ativa existe co-autoria entre corrupto e corruptor;
- c) o delito de exploração de prestígio não se consuma com a simples obtenção de vantagem ou da promessa desta;
- d) todas as alternativas são falsas.

87. A suspensão condicional da pena:

- a) não tem cabimento quando a pena privativa de liberdade for inferior a dois anos;
- b) não tem cabimento, se o condenado for reincidente em crime doloso;
- c) só é possível, quando a pena privativa de liberdade aplicada não for superior a dois anos e o condenado for primário;
- d) é possível, quando a pena privativa de liberdade aplicada não exceder a quatro anos e o condenado for menor de 21 anos.

88. De acordo com a legislação penal vigente:

- a) nos crimes cometidos com grave ameaça à pessoa mas sem efetivo uso de violência, se o agente tiver reparado o dano ou restituído a coisa, até o recebimento da denúncia, a pena será reduzida de um a dois terços;
- b) se Mévio adquire, na Colômbia, cinquenta quilos de cocaína e consegue ingressar com a droga, clandestinamente, no Brasil, com o propósito de vendê-la a terceiros, comete, em concurso material, os crimes de tráfico internacional de drogas e de contrabando;
- c) pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente;
- d) exigir exclusividade de propaganda, transmissão ou difusão de publicidade, em detrimento de concorrência, constitui crime contra a ordem tributária.

89.É correto dizer-se:

- a) depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se a prescrição pela pena aplicada, sem qualquer vinculação aos prazos fixados para a prescrição da pretensão punitiva;
- b) na prescrição da pretensão executória, o réu não terá de cumprir a pena, mas persistirão os demais efeitos da sentença condenatória;
- c) desde que constem da denúncia, pronúncia, ou sentença recorrível, computam-se a soma das penas do concurso material e os aumentos correspondentes ao concurso formal ou à continuidade delitiva para cálculo do prazo prescricional;
- d) em qualquer caso, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime.

90.De acordo com nossa legislação penal:

- a) não há crime se o agente falsificou documento público, que, embora apto a causar prejuízo, não foi usado;
- b) a causa extintiva de punibilidade que equivale ao esquecimento jurídico do crime é a morte do agente;
- c) o crime culposo comissivo por omissão pressupõe a violação, pelo omitente, do dever de agir para impedir o resultado, incumbindo tal dever a quem criou o risco por seu comportamento anterior;
- d) o crime putativo é simples modalidade de crime impossível.

91.É correto afirmar-se que :

- a) na concussão, o recebimento da vantagem ilícita é elemento essencial do tipo;
- b) crime complexo é aquele cuja definição legal contém, em seus próprios elementos ou nas circunstâncias agravantes, fatos que, por si, constituem crime;
- c) em relação ao crime de latrocínio pode-se dizer que está consumado, se há a subtração ainda que a vítima sobreviva à violência;
- d) em se tratando de crimes eleitorais cometidos por meio de imprensa, aplicam-se cumulativamente as penas cominadas na Lei Eleitoral e na Lei de Imprensa.

92. Nos crimes de imprensa:

- a) a publicação ou transmissão da resposta ou retificação, acompanhada de comentários em caráter de réplica, assegura ao ofendido direito de nova resposta;
- b) quando a responsabilidade da ofensa seja de terceiros, a empresa só perde o direito de reembolso, se não transmite a resposta no prazo de sete dias;
- c) o escrito publicado em jornais ou periódicos, sem indicação de seu autor, considera-se redigido pelo diretor ou redator – chefe.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

93.No atual direito penal brasileiro, pode-se dizer que:

- a) inexistente a figura da detração penal;
- b) existe nova causa impeditiva de prescrição, acrescida pela Constituição de 1988, como decorrência de indeferimento de licença para processamento de parlamentar ou na ausência de deliberação a respeito;
- c) descabe falar-se em ultra-atividade da lei penal;
- d) não se admite a hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

94.É correto afirmar-se que:

- a) o homicídio privilegiado é incompatível com as qualificadoras subjetivas, mas é compatível com as qualificadoras objetivas;
- b) o suicídio não é ilícito penal, segundo nossa legislação, por isso, o comportamento de quem induz outrem a suicidar-se é penalmente irrelevante;
- c) a mãe que mata o filho, logo após o parto, só pode ser denunciada por infanticídio;
- d) quem auxilia a gestante, induzindo, instigando, acompanhando ou pagando o aborto, será co-partícipe do crime do art.126 e não do art.124 do Código Penal.

95.É correto dizer-se que:

- a) a rixa é a luta entre três ou mais pessoas, com violências físicas recíprocas, e não admite concurso com lesões corporais, que são sempre absorvidas por ela;
- b) nos crimes contra a honra, a exceção da verdade só é admitida quando se trata de calúnia;
- c) a omissão de socorro só é punível quando for possível prestar a assistência ou pedir o socorro sem risco pessoal; o risco moral ou patrimonial não afasta a incriminação;
- d) a retratação, que é o ato de desdizer-se, de retirar o que se disse, pode isentar de pena o querelado, nos crimes de difamação e injúria, desde que feita antes da sentença.

96.Um juiz de direito, julgando em primeira instância ação movida contra a União federal, decidiu, após acordo com o advogado do autor, conceder a este bilionária indenização, que não lhe era devida, recebendo pela sentença um automóvel de luxo. Comprovados esses fatos em inquérito instaurado pela polícia federal, o magistrado deverá ser processado perante:

- a) o Tribunal Regional Federal;
- b) a Justiça Federal;
- c) o Tribunal de Justiça;
- d) o Superior Tribunal de Justiça.

97.Em se tratando de habeas corpus:

- a) é inadmissível a intervenção do assistente da acusação;
- b) cabe recurso ordinário do acórdão que conceda a ordem;
- c) é totalmente vedado o exame da prova;
- d) a competência é do Supremo Tribunal Federal se o coator for Presidente de Tribunal de Justiça.

98.No procedimento relativo aos crimes da competência do júri:

- a) é absoluta a nulidade do julgamento por falta de quesito obrigatório;
- b) não há julgamento sem a presença do réu;
- c) é possível a juntada de documento por ocasião das alegações finais que precedem a pronúncia;
- d) é possível o reconhecimento, pelos jurados, de circunstância qualificadora do crime, embora não prevista no libelo.

99.Com a promulgação da lei 8.072, de 25 de julho de 1990:

- a) o prazo da prisão temporária (Lei 7.960/89), em caso de terrorismo, passou a ser de 30 dias, prorrogável pelo dobro do período, em caso de extrema e comprovada necessidade;
- b) o acusado de tráfico de entorpecentes só poderá obter liberdade provisória mediante pagamento de fiança, que deverá ser estipulada em consonância com o valor do tráfico;
- c) o participante que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, gozará de imunidade;
- d) todas as alternativas são falsas.

100.Em nosso sistema processual penal:

- a) vigora o princípio da anterioridade quanto ao juiz natural;
- b) o julgamento ultra petita, desde que faça justiça, não viola o princípio da iniciativa das partes;
- c) consagra-se o princípio do favor rei ou favor incontinentiae pelo qual, num conflito entre o jus puniendi do Estado e o jus libertatis do acusado, deve a balança inclinar-se a favor deste último;
- d) o princípio do contraditório só passou a vigorar com a Constituição de 1988.

101.É correto afirmar-se que:

- a) a queixa subsidiária, em crime de ação pública, tornou-se inadmissível com a promulgação da vigente Constituição, que incluiu entre as funções institucionais do Ministério Público “promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei” (art. 129, I);
- b) tem-se entendido que o Poder Público não pode intervir como assistente uma vez que, se o Ministério Público, parte acusadora, atua em seu nome, a ingerência da Administração Pública seria uma superfetação prejudicial à defesa;
- c) nos casos a serem submetidos ao tribunal do júri, a assistência deverá ser requerida até dois dias antes do julgamento para que possa o assistente participar deste;
- d) da decisão que concede ou denega liberdade provisória cabe recurso em sentido restrito.

102.É correto afirmar-se que:

- a) é cabível habeas corpus dirigido ao Pleno, de decisão de Turma do S.T.F;
- b) das decisões proferidas no juízo da execução penal caberá recurso de agravo;
- c) a inépcia da denúncia pode ser argüida mesmo depois de prolatada a sentença condenatória;
- d) o princípio da presunção de inocência, inscrito no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, impede a prisão antes de sentença condenatória irrecorrível.

103.O princípio do promotor natural significa:

- a) que o pedido de arquivamento de inquérito policial deve ser sempre acolhido;
- b) que o Promotor não pode desistir do recurso interposto;
- c) que o Promotor não pode ser afastado imotivadamente do inquérito policial a ele distribuído;
- d) a revogação dos princípios da unidade e indivisibilidade.

104. Assinale a afirmativa correta:

- a) em se tratando de contravenção penal é aplicável o processo sumário, que pode ser iniciado pelo Juiz, de ofício;
- b) o processo sumário é aplicável a qualquer infração penal a que não for cominada pena de reclusão;
- c) a lei deve prever expressamente os efeitos dos recursos. Em seu silêncio, o recurso terá efeito suspensivo;

d) tem o novo júri, nos limites da pronúncia e do libelo, a liberdade de responder diferentemente do anterior aos quesitos que lhe são apresentados, podendo agravar a situação do réu. Não há que se falar aí, em reformatio in pejus indireta, prevalecendo o princípio da soberania dos veredictos.

105. Assinale a alternativa correta:

- a) a prisão preventiva só pode ser decretada após a prisão temporária e escoado o prazo desta;
- b) em se tratando de atos de improbidade administrativa descritos na chamada “lei de enriquecimento ilícito”, a participação do Ministério Público no processo é obrigatória, sob pena de nulidade e a aplicação das sanções independem da comprovação de efetivo dano erário;
- c) a confissão extrajudicial retratada em juízo deve ser sempre desconsiderada;
- d) nosso ordenamento jurídico não permite a extradição de brasileiro.

106. É correto afirmar-se que:

- a) a competência da Justiça Federal abrange o processo e julgamento dos crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, de contrabando e de moeda falsa e todos os casos de peculato;
- b) o direito a prisão especial extingue-se com a prolação de sentença condenatória;
- c) denomina-se sentença suicida aquela cujo dispositivo contraria as razões invocadas na fundamentação;
- d) a fundamentação sucinta ou deficiente torna inválida a sentença, conforme orientação consagrada pelo STF.

107. Em nosso ordenamento jurídico:

- a) os Deputados gozam de imunidade processual, não podendo ser processados criminalmente, sem prévia licença da respectiva Câmara, exceto durante o estado de sítio, quando as imunidades são automaticamente suspensas;
- b) a perempção só é possível na ação penal exclusivamente privada e só é cabível após o início da ação. Antes, têm incidência a prescrição, a decadência ou a renúncia;
- c) na determinação da competência por conexão ou continência vale a regra de que no concurso entre a jurisdição especial e a comum, prevalecerá esta;
- d) cometido o crime durante o exercício funcional, a competência especial por prerrogativa de função é afastada se a ação penal for movida após a cessação daquele exercício.

108. É correto afirmar-se que:

- a) a exceção da verdade, quando oposta e admitida, será julgada pelo Supremo Tribunal Federal, quando na ação penal por crime contra a honra figurarem como querelantes Senadores e Ministros de Estado;
- b) os Governadores de Estado serão julgados, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) o pedido de revisão criminal de julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça será julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) não cabe recurso especial de acórdão que concede habeas corpus.

109. Assinale a alternativa correta:

- a) quando, no curso de revisão, falecer a pessoa, cuja condenação tiver de ser revista, o presidente do Tribunal extinguirá o processo e determinará o arquivamento dos autos;
- b) é admissível carta testemunhável da decisão que denega embargos infringentes;
- c) os juízes podem expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso do processo verificarem que alguém sofre coação ilegal;

d) o fato de o apelante se manifestar nas razões de apelação de acordo com a sentença não autoriza o não conhecimento do apelo, com fundamento na falta de interesse.

110.É correto afirmar-se que:

- a) a revisão não poderá ser requerida após a extinção da pena;
- b) cabe a correição parcial se o juiz se recusa a determinar a expedição da carta de guia;
- c) o Promotor pode recorrer da decisão que rejeita a queixa por ele não aditada;
- d) é recorrível a decisão que rejeita argüição de suspeição do Promotor de Justiça, bem como a que determina o arquivamento do inquérito.

111.Tratando-se de perda e suspensão de direitos políticos, pode-se afirmar que:

- a) a perda equivale à cassação;
- b) os efeitos de uma condenação criminal transitada em julgado são causa de suspensão;
- c) a condenação judicial, por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, inciso 4º, da Constituição Federal, é causa de perda;
- d) a aquisição voluntária de outra nacionalidade é causa de perda.

112.Tratando-se de inelegibilidade, pode-se afirmar que:

- a) o Vereador é inelegível para o mesmo cargo, no período subsequente, no mesmo Município;
- b) o Prefeito é inelegível para o cargo de Vice-Prefeito, no mesmo Município, no período subsequente;
- c) é inelegível o Vereador, filho de Prefeito do mesmo Município, para o mesmo cargo de Vereador;
- d) é inelegível para Deputado Estadual o filho do Prefeito, do mesmo Estado-membro.

113.Com relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, pode-se afirmar que:

- a) na composição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia está compreendido um juiz do Tribunal Regional Federal;
- b) o Corregedor-Regional está vinculado aos provimentos do Corregedor-Geral;
- c) compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar Governador de Estado-membro, autor de crime eleitoral;
- d) a lista sêxtupla, enviada ao Chefe do Poder Executivo estadual para nomeação de dois juizes dentre advogados, que devem compor os Tribunais Regionais Eleitorais, é elaborada pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado-membro.

114.Cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, quando estas versarem sobre:

- a) inelegibilidade de Prefeito Diplomado;
- b) expedição de diploma a Deputado Estadual;
- c) perda de mandato de Vereador;
- d) divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais.

115.Os partidos políticos:

- a) adquirem personalidade jurídica mediante registro no Tribunal Superior Eleitoral;
- b) são pessoas jurídicas de Direito privado;
- c) obtêm registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral, pelo período de doze meses, prorrogável por igual prazo;
- d) podem, incondicionalmente, registrar seus membros como candidatos a qualquer caso eletivo.

116. Tratando-se de representação contra candidato a prefeito, antes das eleições, por abuso de poder econômico, pode-se dizer que:

- a) ela se confunde com o recurso contra a expedição de diploma;
- b) julgada procedente, após a eleição do candidato representado, serve ela de fundamento para a ação constitucional de impugnação de mandato eletivo;
- c) não julgada até a diplomação do candidato representado, não cabe ação constitucional de impugnação do mandato;
- d) não julgada até a diplomação do candidato representado, não cabe recurso contra a expedição de diploma.

117. O domicílio eleitoral, na circunscrição :

- a) confunde-se com o domicílio civil;
- b) é condição de elegibilidade;
- c) é condição de exercício do voto;
- d) é imutável quanto aos funcionários públicos.

118. Oficial, da ativa, de qualquer das Forças Armadas, com mais de dez anos de serviço:

- a) é inelegível, porque proibida constitucionalmente sua filiação a partido político;
- b) é elegível, não se lhe aplicando o prazo de filiação partidária, mas, apenas, o de registro de candidato;
- c) se eleito Deputado Estadual, torna-se agregado, no ato de diplomação;
- d) se eleito Senador, passa para a inatividade, independentemente do ato de diplomação.

119. Tratando-se de propaganda eleitoral, pode-se dizer que a legislação eleitoral vigente:

- a) veda a doação em dinheiro diretamente aos candidatos;
- b) permite a doação em dinheiro diretamente aos candidatos, com limitações temporais e de quantidade;
- c) permite a doação em dinheiro diretamente aos candidatos, sem limitações;
- d) permite a doação em dinheiro apenas aos partidos políticos.

120. Tendo em vista os direitos políticos, pode-se dizer que :

- a) a inelegibilidade acarreta a suspensão dos direitos políticos;
- b) a suspensão dos direitos políticos pode ser decretada por sentença judicial, em ação ordinária, de caráter não penal;
- c) a reaquisição dos direitos políticos suspensos depende de declaração judicial;
- d) a inelegibilidade acarreta a inalistabilidade.

GABARITO

GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III	
Questão nº	Alternativa	Questão nº	Alternativa	Questão nº	Alternativa
01	A	41	A	81	A
02	C	42	D	82	A
03	B	43	C	83	ANULADA
04	B	44	D	84	C
05	B	45	A	85	B
06	C	46	B	86	A
07	D	47	A	87	B
08	D	48	A	88	C
09	A	49	D	89	B
10	D	50	B	90	C
11	C	51	C	91	B
12	C	52	D	92	A
13	C	53	C	93	B
14	D	54	A	94	A
15	D	55	C	95	C
16	B	56	ANULADA	96	C
17	A	57	B	97	A
18	A	58	ANULADA	98	A
19	C	59	A	99	D
20	B	60	ANULADA	100	C
21	A	61	C	101	B
22	B	62	ANULADA	102	B
23	A	63	C	103	C
24	D	64	B	104	D
25	A	65	ANULADA	105	B
26	A	66	C	106	C
27	B	67	D	107	B
28	B	68	D	108	A
29	D	69	B	109	C
30	D	70	A	110	B
31	A	71	D	111	B
32	D	72	A	112	B
33	C	73	D	113	B
34	A	74	A	114	B
35	A	75	C	115	B
36	C	76	A	116	B
37	D	77	C	117	B
38	C	78	B	118	B
39	A	79	C	119	B
40	C	80	D	120	B